



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

04 de julho de 2012
Edição 99

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº574, DE 2012_____02

Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.

Plástico biodegradável

PROJETO DE LEI Nº3.894, DE 2012_____04

Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

Florestas plantadas

PROJETO DE LEI Nº721, DE 2011_____06

Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc.

Defesa sanitária

PROJETO DE LEI Nº827, DE 2011_____09

Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

Licenciamento ambiental

PROJETO DE LEI Nº2.163, DE 2011_____14

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, dispondo sobre o licenciamento ambiental para a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris.

Produtos veterinários

PROJETO DE LEI Nº7.827, DE 2010_____18

Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº467, de 13 de fevereiro de 1969.

PROJETO DE LEI Nº1.089, DE 2003_____21

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº.467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

Dívida do agronegócio

PROJETO DE LEI Nº5.652, DE 2009_____29

Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

Certificação de etanol

PROJETO DE LEI Nº1.299, DE 2007_____33

Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº574, DE 28 DE JUNHO DE 2012

Poder Executivo

Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os débitos junto à Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 31 de dezembro de 2011, poderão ser parcelados mediante autorização para retenção e repasse à União do valor da parcela e da obrigação corrente do PASEP, no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e no Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos débitos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de sessenta por cento das multas, de vinte e cinco por cento dos juros e de cem por cento dos encargos legais.

§ 3º O parcelamento será concedido em até cento e oitenta meses.

Art. 2º Os pedidos de parcelamento de que trata o art. 1º deverão ser efetuados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A existência de outras modalidades de parcelamento em curso não impede a concessão do parcelamento de que trata o art. 1º.

Art. 3º Aplica-se ao parcelamento de que trata o art. 1º o disposto nos arts. 11 a 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata o art. 1º.

Art. 5º A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....

§ 3º No caso do inciso XVIII do caput, a redução a zero das alíquotas aplica-se até 31 de dezembro de 2012.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.6.2012 - Edição Extra

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=549909>

Apresentação: 29/06/2012

Ementa: Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Urgência

Tramitação:

29/06/2012 - Poder Executivo (EXEC)

Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União - edição extra.

29/06/2012 - CONGRESSO NACIONAL (CN)

Prazo para Emendas: 30/6/12 a 5/7/12

*Comissão Mista: **

Câmara dos Deputados: 13/7/12 a 9/8/12

Senado Federal: 10/8/12 a 23/8/12

Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 24/8/12 a 26/8/12

Sobrestar Pauta: a partir de 27/8/12

Congresso Nacional: 29/6/12 a 10/9/12

Prorrogação pelo Congresso Nacional: 11/9/12 a 9/11/12

** Declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput, artigo 6º, §§ 1º e 2º da Resolução do Congresso Nacional n. 1/02, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.029 (DOU de 16/3/12)*

PROJETO DE LEI Nº3.894, DE 2012

Onofre Santo Agostini - PSD/SC

Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 - Ficam isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/Pasep as aquisições de insumos e bens de capital necessários à pesquisa e à transformação dos polímeros em misturas que acelerem o processo de decomposição de produtos plásticos, especialmente o produto classificado na posição 390300 e suas subposições na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Art. 2 - A isenção instituída no artigo anterior visa incentivar métodos mais sustentáveis para a produção de sacos de lixo, sacolas plásticas e outros derivados petroquímicos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A crescente vedação do uso de sacolas plásticas no comércio, mormente nos supermercados, suscita algumas preocupações de ambientalistas e de consumidores. Com a proibição das sacolas plásticas, as famílias terão de consumir mais sacos de lixo, visto que as sacolas tinham função de recipiente de detritos na maior parte das casas brasileiras. Esse aumento no consumo de sacos de lixo tende a produzir efeito nocivo ao meio ambiente. Os sacos de lixo tem parede mais grossa e resistente que as sacolas plásticas e, dessa forma, se decompõem ainda mais lentamente.

O perigo das falsas resinas biodegradáveis, já vendidas pelas grandes petroquímicas como “plástico biodegradável”, gera ainda mais preocupação na sociedade. Esses compostos utilizam misturas que seccionam o plástico em pequenas partículas. O que, a princípio, parece um plástico em decomposição é, na verdade, uma diminuição do tamanho das partículas. Essa fragmentação dos polímeros plásticos, inevitavelmente, contaminará o lençol freático e, conseqüentemente, a água que os brasileiros consomem.

No âmbito das alternativas existentes, as melhores opções são os polímeros misturados a amido de milho ou de mandioca. Desse modo, há necessidade de criar ambiente mais favorável à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos nacionais que realmente sejam biodegradáveis. A complexidade do setor petroquímico e plástico e os problemas encontrados nas opções de plástico biodegradável existentes urge o legislador a incentivar o complexo industrial brasileiro a encontrar soluções que posicionem o setor na vanguarda desse novo mercado. Portanto, para que a indústria nacional possa estar preparada à formulação de compostos plásticos mais adaptados às necessidades da contemporaneidade, faz-se mister que o Legislativo atue com intuito de fomento à pesquisa e à produção em larga escala de compostos biodegradáveis que substituam as partículas derivadas de petróleo.

Um dos mecanismos serventes ao incentivo é a desoneração tributária dos insumos e dos bens de capital utilizados na pesquisa e na transformação dos polímeros em misturas que acelerem o processo de decomposição de produtos plásticos, especialmente o produto polipropileno, classificado na posição 390300 e suas subposições na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Diante do exposto e por estar convicto da necessidade e da relevância desta medida, peço aos meus nobres pares o apoio e os votos necessários para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado Onofre Santo Agostini PSD/SC

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=545188>

Data de Apresentação: 21/05/2012

Ementa: Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

Indexação: Isenção, Cofins, Pis/Pasep, material plástico, biodegradável, saco, lixo, Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi).

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

21/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3894/2012, pelo Deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), que: "Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.".

21/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 22/05/2012

31/05/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária.

31/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 01/06/2012

05/06/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação.

06/06/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

27/06/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Irajá Abreu (PSD-TO)

28/06/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 29/06/2012)

PROJETO DE LEI Nº721, DE 2011

Edson Pimenta – PcdoB/BA

Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As empresas e produtores de florestas plantadas ficam obrigadas, no prazo de um ano contado da data de entrada em vigor desta lei, a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) da sua produção de madeira em toras com variedades adaptadas para o setor da construção civil, moveleira, naval, etc.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às empresas com área de florestas plantadas superior a cinco mil hectares.

Art. 2º A infringência ao disposto nesta lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa, conforme regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa:

Segundo o IBGE, foram produzidos em 2009, com matéria-prima extraída da floresta nativa, 1,6 milhões de toneladas de carvão vegetal, 41,4 milhões de m³ de lenha e 15,2 milhões de m³ de madeira em tora.

Com origem nas florestas plantadas, foram produzidos 3,4 milhões de toneladas de carvão vegetal, 41,5 milhões de m³ de lenha, e 107,0 milhões de m³ de madeira em tora, sendo que, destas, 65,3 milhões de m³ foram destinados para a produção de papel e celulose e 41,7 milhões foram destinados a outras atividades (construção civil, movelaria, construção naval, etc.).

Como se vê, 27% do mercado de produtos florestais destinados a atividades diversas da produção de papel e celulose é abastecido por madeira oriunda de floresta nativa. É sabido que grande parte dessa madeira tem origem ilegal, e sua extração é feita de forma predatória, causando severos danos ao meio ambiente. Uma forma importante de combater esta exploração ilegal e predatória é diminuindo a demanda do mercado por madeira de origem nativa. O setor da construção civil pode dar uma importante contribuição nesse sentido com a substituição da madeira de floresta nativa pela madeira de floresta plantada.

Para viabilizar essa substituição, entretanto, é preciso assegurar a oferta de madeira de florestas plantadas para o setor da construção civil, por um preço que viabilize economicamente o processo. É provável que nos Estados do Sudeste e Sul do Brasil a oferta de madeira plantada para a construção civil seja adequada. De acordo com o supracitado estudo do IBGE, os maiores produtores de madeira em tora de floresta plantada em 2009 para a construção civil, movelaria, construção naval etc., foram o Paraná, com 12,9 milhões de m³ (31,1% dos 41,6 milhões m³ produzidos no País); São Paulo, com 8,2 milhões de m³ (20,3%); Santa Catarina, com 8,1 milhões de m³ (19,5%); e Rio Grande do Sul, com 4,8 milhões de m³ (11,4%). Veja-se, todavia, a situação, por exemplo, da Bahia: o Estado é o maior produtor de madeira para papel e celulose, com 14,7 milhões de m³, o que representa 22,4% dos 65,3 milhões de m³ produzidos no País (seguido do Paraná, com 11,1 milhões de m³ (16,9%); Santa Catarina, com 7,4 milhões de m³ (11,4%); Espírito Santo, com 6,1 milhões de m³ (9,3%) e Minas Gerais, com 5,4 milhões de m³ (8,2%)). Entretanto, a Bahia produz apenas 1,9 milhões de m³ de madeira em tora para outras finalidades, o que representa apenas 4,5% do total produzido no País.

O objetivo do presente projeto é fomentar a substituição, na construção civil, da madeira em tora oriunda do extrativismo por aquela originária de florestas plantadas, contribuindo, desse modo, para a conservação das nossas florestas nativas.

Contamos com o apoio dos nossos ilustres pares nesta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado EDSON PIMENTA

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=494804>

Data de apresentação: 16/03/2011

Ementa: Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc.

Indexação: Obrigatoriedade, empresa, madeira, floresta plantada, destinação, percentual, produção, construção civil, indústria de mobiliário, construção naval.

Regime de Tramitação: Ordinária

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Tramitação:

16/03/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 721/2011, pelo Deputado Edson Pimenta (PCdoB-BA), que: "Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc".

16/03/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 17/03/11 PÁG 11872 COL 02.

25/04/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor

25/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 26/04/2011

27/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

27/04/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Recebimento pela CDEIC.

05/05/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Designado Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS)

06/05/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/05/2011)

26/05/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

29/11/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Renato Molling (PP-RS).

Parecer do Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), pela rejeição.

*07/12/2011 Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30
Reunião Deliberativa Ordinária*

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

08/12/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

08/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

15/12/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio publicado no DCD de 16/12/11, Letra A.

16/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG)

19/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 20/12/2011)

08/02/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

27/06/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CMADS, pelo Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG).

Parecer do Relator, Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº827, DE 2011

Ricardo Izar - PV/SP

Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas que visam à defesa e à promoção da sanidade de animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dispõe sobre as indenizações a que podem fazer jus seus proprietários, em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público, nas condições que especifica.

Art. 2º Sempre que, para salvaguardar a saúde pública ou por interesse da defesa sanitária animal ou vegetal, venha a ser determinado o sacrifício de animais doentes, a erradicação de vegetais ou fungos ou a destruição de coisas ou construções rurais, caberá ao respectivo proprietário indenização em dinheiro, mediante prévia avaliação.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se a organismos terrestres ou aquáticos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, bem assim às respectivas instalações, benfeitorias e equipamentos.

Art. 3º Serão sacrificados os animais atingidos por qualquer das zoonoses ou doenças infecto-contagiosas especificadas como passíveis de sacrifício obrigatório no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934.

Art. 4º Serão erradicados os vegetais, fungos ou suas partes, atingidos por pragas ou doenças passíveis de disseminação, especificadas como passíveis de erradicação obrigatória no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Art. 5º As indenizações devidas em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público serão pagas:

I – no caso de sacrifício de animais, inclusive os objeto de aquicultura, de acordo com as seguintes bases:

- a) quarta parte do valor do animal, se a doença for tuberculose;
- b) metade do valor, nos casos de zoonoses;
- c) dois terços do valor, nos demais casos de doenças infectocontagiosas;
- d) valor total do animal, quando a necropsia ou outro exame não confirmar o diagnóstico clínico.

II – no caso de erradicação de vegetais, fungos ou suas partes, com base no custo de produção, levando-se em conta a depreciação determinada pela doença ou praga, bem assim o possível aproveitamento do material resultante da condenação;

III – no caso de destruição de coisas ou construções rurais, será igual ao valor total da respectiva avaliação.

§ 1º Far-se-á desconto na avaliação quando parte das coisas ou construções condenadas seja julgada em condições de aproveitamento.

§ 2º Não caberá indenização quando:

- I – se tratar de raiva, pseudorraiva ou outra doença animal considerada incurável e letal;
- II – ocorrida a doença, não comprove o responsável o atendimento das medidas sanitárias estabelecidas em lei;
- III – o proprietário houver infringido qualquer dispositivo dos Regulamentos dos Serviços de Defesa Sanitária Animal ou Vegetal ou das instruções especiais baixadas pelo Poder Público para a erradicação da praga ou doença em questão.

Art. 6º Os animais, vegetais, fungos, construções e demais bens passíveis de indenização serão avaliados por perito legalmente habilitado a fazê-lo, constituído de comum acordo pelas partes.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, considera-se o proprietário uma das partes e, a outra, o Poder Público, representado pelo Governo da União, do Estado ou do Distrito Federal.

§ 2º Inexistindo acordo para a constituição do perito a que se refere o caput, cada uma das partes poderá constituir um perito, devendo os respectivos laudos, se divergentes, ser submetidos a Comissão de Recursos criada e mantida pelo Poder Público, na forma do Regulamento desta Lei, que deliberará a respeito, podendo para tanto constituir um terceiro perito.

§ 2º Havendo um único laudo, ou inexistindo divergência entre os laudos lavrados pelos peritos das partes, poderá ser interposto recurso à Comissão referida no § 2º deste artigo, no prazo de trinta dias, nas seguintes hipóteses:

I – por representante do Governo Federal, Estadual ou Distrital, se este considerar excessiva a avaliação ou incabível a indenização;

II – pelo proprietário dos animais, vegetais, fungos, coisas ou construções rurais, quando lhe for negada a indenização ou se reputar insuficiente a avaliação.

Art. 7º A indenização será paga pelo Governo da União à conta da dotação consignada em orçamento especialmente para esse fim, de crédito adicional a que se dê o mesmo destino, ou da dotação orçamentária destinada às despesas com a defesa sanitária animal e vegetal.

§ 1º Havendo acordo ou convênio entre o Governo da União e o do Estado ou do Distrito Federal, com a contribuição de uma ou outra entidade, para execução de serviços públicos de defesa sanitária animal ou vegetal, um terço da indenização sairá da contribuição estadual, saindo da contribuição federal os dois terços restantes.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, se os animais que vierem a ser sacrificados estiverem em propriedades localizadas na faixa de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, e os sacrifícios decorrerem da aplicação de medidas sanitárias de combate ou erradicação da febre aftosa, a integralidade da indenização poderá ser arcada pela União.

Art. 8º O direito de pleitear a indenização prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data em que for sacrificado o animal, erradicados os vegetais ou fungos, ou destruída a coisa ou construção.

Art. 9º O Regulamento desta Lei definirá, entre outros aspectos, a vinculação institucional, a composição e os estatutos da Comissão de Recursos a que se refere o art. 6º desta Lei, da qual deverão necessariamente participar representantes do Poder Público e prepostos de entidades representativas dos setores agropecuário e aquícola.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revoga-se a Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948.

Justificativa:

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de toda política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população.

São notórios os danos causados pela irrupção de pragas e doenças na agricultura e na criação de animais, em todo o mundo. Um exemplo amplamente conhecido, por sua gravidade e trágicas consequências, ocorreu no século XIX — 1845 a 1850 —, na Irlanda, quando a disseminação de uma doença conhecida como “requeima”, tendo como agente etiológico o fungo *Phytophthora infestans*, devastou plantações de batata, ensejando uma grande fome naquele País.

No Brasil, muitos já foram os prejuízos ocasionados por agentes patogênicos que atingiram nossa agricultura e pecuária. Os exemplos são inúmeros, tanto antigos como recentes, tais como: a “ferrugem” (doença fúngica) do cafeeiro; o “bicudo” (inseto-praga) do algodoeiro; surtos de febre aftosa (doença ocasionada por vírus) na bovinocultura; a “ferrugem” (doença fúngica) da soja; o “cancro” e o “greening” (doenças bacterianas) dos pomares cítricos; ou a chegada, em 1989, da doença fúngica denominada “vassoura de bruxa” aos cacauais da Bahia, causando grande crise econômica e levando o Brasil a passar de maior produtor e exportador de cacau à condição de quinto maior produtor e importador desse produto.

Datam de 1934 os Regulamentos dos Serviços de Defesa Sanitária Animal ou Vegetal, baixados por decretos e vigentes até hoje no Brasil. Ali se estabelecem normas gerais relativas a importação, exportação, trânsito, comercialização, inspeção, combate a doenças e pragas, medidas de profilaxia, desinfecção ou expurgo, sacrifício de animais, erradicação de plantas, indenização aos proprietários, entre outros aspectos.

A Lei nº 569, de 1948, trata do sacrifício de animais doentes e da destruição de coisas ou construções rurais, para salvaguardar a saúde pública ou por interesse da defesa sanitária animal, ressaltando caber ao respectivo proprietário indenização em dinheiro, mediante prévia avaliação. Essa antiga norma legal permanece em vigor, tendo a Lei nº 11.515, de 2007, alterado alguns de seus dispositivos.

A Lei nº 8.171, de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”, é outra norma legal que se ocupa da questão relativa à defesa agropecuária. Vários dispositivos relativos a esse tema lhe foram acrescentados pela Lei nº 9.712, de 1998, recompondo-se assim o capítulo específico dessa norma legal, que fora suprimido por veto presidencial.

Entendemos que o ordenamento jurídico nacional carece de uma lei atualizada, que contemple de forma abrangente a questão relativa à defesa da produção animal e vegetal, e de outras importantes atividades, tais como o cultivo de cogumelos — eis que os fungos pertencem a outro reino, diferente do vegetal e do animal — e a aquicultura. Essa lei deverá dispor, de forma igualmente abrangente, sobre as indenizações a que têm direito os proprietários desses bens, em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público.

A falta de uma norma legal atualizada e abrangente tem levado muitos produtores rurais a sofrer grandes prejuízos, recorrendo com frequência ao Poder Judiciário para fazer valer um direito legítimo, qual seja: o de serem indenizados, sempre que o Poder Público determinar o sacrifício de bovinos, suínos, aves, peixes ou outros animais de criação; o corte de árvores frutíferas; ou quaisquer outras perdas decorrentes de ações sanitárias, motivadas pela irrupção — ou mera suspeita — de doenças ou pragas.

O presente projeto de lei procura suprir essa lacuna, substituindo a antiga e defasada Lei nº 569/1948 — da qual se aproveitam vários dispositivos — por uma norma abrangente e moderna. Uma importante inovação encontra-se no art. 6º, que estabelece que os animais, vegetais, fungos, construções e demais bens passíveis de indenização serão avaliados por perito legalmente habilitado a fazê-lo, constituído de comum acordo pelas partes. Inexistindo acordo, cada parte poderá constituir seu perito, cabendo a decisão a uma Comissão de Recursos, a ser criada e mantida pelo Poder Público, na qual terão assento prepostos de entidades representativas dos setores agropecuário e aquícola.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=495949>

Data de Apresentação: 23/03/2011

Ementa: Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Revoga a Lei nº 569, de 1948, sobre medidas de defesa sanitária.

Indexação: Fixação, indenização, proprietário rural, animal, vegetal, fungo, instalações, benfeitoria, equipamento, atividade agropecuária, aquícola, ocorrência, destruição, sacrifício, erradicação, zoonose, doença infecto-contagiosa, praga, determinação, Poder Público, defesa sanitária, critérios, avaliação, prazo, prescrição, requisição, revogação, lei federal.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

23/03/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 827/2011, pelo Deputado Ricardo Izar (PV-SP), que: "Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências".

23/03/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 24/03/2011

27/04/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

27/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 28/04/2011

29/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

02/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

31/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG)

01/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/06/2011)

14/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.

04/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

09/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Parecer do Relator, Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG), pela aprovação deste e da Emenda 1/2011 da CAPADR, com substitutivo.

11/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 12/08/2011)

24/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

14/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Vista ao Deputado Jesus Rodrigues.

15/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolução de Vista (Dep. Jesus Rodrigues).

21/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Voto em Separado n. 1 CAPADR, pelo Deputado Jesus Rodrigues (PT-PI).

28/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CAPADR, pelo Dep. Domingos Sávio

28/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG), pela aprovação deste e da Emenda 1/2011 da CAPADR, na forma do substitutivo apresentado, com subemenda.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, apresentou voto em separado o Deputado Jesus Rodrigues.

29/09/2011 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Recebimento pela CFT.

29/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

04/10/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 05/10/11, Letra A.

20/10/2011 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Designado Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)

21/10/2011 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 24/10/2011)

01/11/2011 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

08/03/2012 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Devolvida sem Manifestação.

21/03/2012 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Designado Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)

26/06/2012 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela incompatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, da Emenda nº 1/11 apresentada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, do Substitutivo da CAPADR, e da Subemenda da CAPADR.

PROJETO DE LEI Nº2.163, DE 2011

Irajá Abreu - DEM/TO

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, dispondo sobre o licenciamento ambiental para a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 10-A, 10-B e 10-C:

“Art. 10-A. Ficam dispensados de prévio licenciamento ambiental a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris, implementados, desde que:

I – atividades agropecuárias, florestais ou agrossilvipastoris se localize em área:

a) consolidada, entendendo-se como tal aquela em que se praticam atividades produtivas de forma regular;

b) degradada, entendendo-se como tal aquela que, tendo sido utilizada com atividades produtivas, tornou-se improdutiva em decorrência da perda de fertilidade do solo, erosão, ou de outros processos físicos, químicos ou biológicos; ou

c) abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, entendendo-se como tais aquelas não efetivamente utilizadas, nos termos do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ou que não atendam aos índices previstos no art. 6º da referida Lei, ressalvadas as áreas de pousio na pequena propriedade ou posse rural familiar ou de população tradicional;

II – sejam observados os dispositivos legais concernentes às áreas de preservação permanente e reserva legal do imóvel; e

III – não se localizem em unidade de conservação de uso sustentável de unidade de conservação da natureza, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,(NR)”

IV – estejam em regularidade com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

“Art. 10-B. Mediante licença ambiental única autorizar-se-ão a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris, implementados em áreas:

I – superiores a dez mil hectares; ou

II – inferiores a dez mil hectares, quando não se cumprirem os requisitos estabelecidos no art. 10-A desta Lei.

III – estejam em regularidade com o Cadastro Ambiental Rural - CAR

Parágrafo único. A licença ambiental única a que se refere o caput substituirá, entre outras, as licenças prévia, de instalação e de operação do empreendimento. (NR)”

“Art. 10-C. A critério do órgão ambiental do Estado ou do Distrito Federal, será exigível a apresentação de estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório - EIA/RIMA para o licenciamento

de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris entre 1.00 à 10.000 Hectares, ficando no entanto dispensado para os casos previstos no Artigo 10-A. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, é um importante marco legal em nosso País. A referida Política tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Foi a partir da entrada em vigor da Lei nº 6.938, de 1991, que o licenciamento ambiental se efetivou como procedimento obrigatório, evitando assim que estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, ou capazes de causar degradação ambiental, fossem implantados e operassem livremente, em prejuízo do ambiente natural e da população brasileira.

Os estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios — EIA/RIMA — tornaram-se instrumentos fundamentais para o licenciamento, conferindo base científica a esse procedimento burocrático. Todavia, a interpretação excessivamente rigorosa da norma legal criou distorções, incompatíveis com a natureza de atividades como a agricultura, a pecuária e a silvicultura. Há situações em o licenciamento é exigido de empreendimentos consolidados há muitos e muitos anos, criando um ônus desnecessário e, na maioria das vezes, de custo exorbitante, capaz de aniquilar a produção agropecuária.

Os seguintes exemplos numéricos demonstram esta asserção: o licenciamento ambiental de um empreendimento agropecuário ou florestal, ocupando área de até 1.000 hectares, no Estado do Tocantins, custa cerca de R\$ 58.000,00, compreendendo taxas (26%) e projetos (74% do custo) relativos a: licenciamento florestal da propriedade, autorização de exploração florestal, licença prévia, licença de instalação, licença de operação e reposição florestal obrigatória. Sendo a área cultivada superior a 1.000 hectares, exige-se EIA/RIMA, elevando o custo a R\$ 317.800,00. Neste caso, o valor das taxas corresponde a 21% do total e o de projeto, a 79%.

As questões que se colocam são: 1) pode ser economicamente viável um empreendimento agropecuário, florestal ou agrossilvipastoril assim onerado? 2) tudo isso é realmente necessário? Acreditamos que não!

Por meio do presente projeto de lei, pretendemos:

- 1) dispensar desse dispendioso licenciamento ambiental a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários ou florestais, implementados em áreas de até dez mil hectares, desde que a lavoura, pastagem ou floresta se localize em área consolidada, degradada, abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada; sejam observados os dispositivos legais concernentes às áreas de preservação permanente e reserva legal do imóvel; e não se localizem em unidade de uso sustentável ou em zona de amortecimento de unidade de conservação da natureza;
- 2) estabelecer que, mediante licença ambiental única — com substancial redução de custo, em relação aos procedimentos atuais — autorizar-se-ão a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários ou florestais, implementados em áreas superiores a dez mil hectares; ou inferiores a dez mil hectares, quando não se cumprirem os requisitos anteriormente referidos; e
- 3) atribuir ao órgão ambiental do Estado ou do Distrito Federal a deliberação quanto à necessidade de apresentação de estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório — EIA/RIMA — para o licenciamento de empreendimentos agropecuários ou florestais.

Esperamos contar com o decisivo apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do projeto de lei ora proposto, com a urgência demandada por aqueles que se dedicam à produção agropecuária e florestal, sustentando e promovendo o desenvolvimento do nosso País.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517924>

Data de apresentação: 30/08/2011

Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, dispondo sobre o licenciamento ambiental para a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris

Explicação da Ementa: Lei nº 6.938, de 1981.

Indexação: Alteração, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, dispensa, licenciamento ambiental, empreendimento, atividade agropecuária, atividade florestal, requisito, regularidade, Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

30/08/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 2163/2011, pelo Deputado Irajá Abreu (DEM-TO), que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991, dispondo sobre o licenciamento ambiental para a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris".

30/08/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 31/08/2011

16/09/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

16/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 17/09/2011

19/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

19/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

21/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Abelardo Lupion (DEM-PR)

22/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 23/09/2011)

04/10/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

27/10/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Abelardo Lupion (DEM-PR).

Parecer do Relator, Dep. Abelardo Lupion (DEM-PR), pela aprovação.

29/11/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CAPADR, pelo Dep. Abelardo Lupion

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Abelardo Lupion (DEM-PR), pela aprovação, com emendas.

30/11/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista ao Deputado Josias Gomes.

30/11/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolução de Vista (Dep. Josias Gomes).

14/12/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Josias Gomes e Jesus Rodrigues.

15/12/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

15/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

16/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG)

19/12/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 20/12/2011)

03/02/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 04/02/12, Letra A.

08/02/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

27/06/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CMADS, pelo Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG).

Parecer do Relator, Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), pela aprovação deste, da Emenda de Relator 1 da CAPADR, da Emenda de Relator 2 da CAPADR, e da Emenda de Relator 3 da CAPADR.

PROJETO DE LEI Nº7.827, DE 2010

César Borges - PR /BA

Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº467, de 13 de fevereiro de 1969.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

3º.....
.....

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário elaborados no País ou importados, total ou parcialmente, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º (revogado).

.....” (NR)

Art. 2º Revogam-se o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2010, de autoria do Senador César Borges, constante dos autógrafos em anexo, que “Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969”.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=485437>

Data de Apresentação: 07/10/2010

Origem: PLS 130/2010

Ementa: Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969.

Explicação da Ementa: Será válida por 10 anos a licença que habilita a comercialização de produtos de uso veterinário no país.

Indexação: Alteração, decreto-lei federal, prazo, licença, habilitação, comercialização, produto veterinário, produto nacional, produto importado.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Prioridade

Tramitação:

07/10/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Recebido o ofício n. 2071/2010 do Senado Federal que encaminha à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2010, de autoria do Senador César Borges, constante dos autógrafos em anexo, que "Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969".

07/10/2010 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 7827/2010, pelo Senado Federal, que: "Altera o § 2º do art. 3º e revoga o § 3º do art. 3º e o art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969".

07/10/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 08/10/10 PÁG 39878 COL 02.

22/10/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Prioridade

03/11/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

Publicação do despacho no DCD do dia 04/11/2010

04/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

10/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS)

11/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 12/11/2010)

24/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

11/03/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Reabertura de Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 14/03/2011)

23/03/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

10/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Parecer do Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação.

06/07/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

17/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

31/08/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

14/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

28/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

19/10/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

09/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

10/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

10/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

14/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 15/05/12, Letra A.

15/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator, Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR)

16/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/05/2012)

29/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

26/06/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR).

Parecer do Relator, Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

03/07/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR).

Parecer do Relator, Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº1.089,DE 2003

Benedito de Lira - PPB /AL

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº.467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O Decreto-Lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 3º

§ 4º Aplicam-se aos produtos de uso veterinário as disposições relativas a medicamento genérico, medicamento similar, medicamento de referência , produto farmacêutico intercambiável , bioequivalência, biodisponibilidade, Denominação Comum Brasileira - DCB E Denominação Comum Internacional - DCI , contidas na Lei nº. 6360, de 23 de setembro de 1976, com a redação que foi dada pela Lei nº. 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 5º os produtos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentarão também , obrigatoriamente, com o mesmo destaque e na forma legível nas embalagens, nos rótulos, nas bulas, nos impressos , nos prospectos e nos materiais promocionais , a denominação comum brasileira – DCB , ou , na sua falta, a denominação comum internacional – DCI, em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a duas vezes do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca .

.....
Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectivo regulamento ficam sujeitas as penas de advertência ou multa, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis .

Parágrafo único. O valor da multa a que se refere o caput poderá variar entre 150 (cento e cinquenta) e 1.000.000 (um Milhão) de Unidades Fiscais de Referência – UFIR e será dobrado em caso de reincidência.”

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentará em cento e vinte dias :

I – Os critérios e condições para o registro e controle de qualidade dos produtos genéricos de uso veterinários .

II – Os critérios para a atenção da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de produtos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade.

III- os critérios para as provas de biodisponibilidade de produtos genéricos de uso veterinário.

IV- Os critérios para a dispensação de produtos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressada não-intercambialidade do profissional prescritor.

Art. 3º As aquisições de produtos de uso veterinário, sob qualquer modalidade de compra pelo Poder Público, e as prescrições de medicina veterinária, no âmbito da União , adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira- DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º O órgão federal responsável pela sanidade agropecuária editará, periodicamente, a relação dos produtos registrados no País, segundo a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, segundo a Denominação Comum Internacional- DCI, seguindo-se os nomes comerciais e as correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Nas aquisições a que se refere o caput, o produto genérico de uso veterinário, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preços.

Art. 4º É o Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento , autorizado a adotar medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de produtos genéricos de uso veterinário , com a finalidade de estimular sua adoção e uso no país.

Parágrafo único . O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação , divulgação, informação e educação sobre os produtos genéricos de uso veterinário.

Art. 5º Os laboratórios que produzem e comercializam produtos de uso veterinário terão o prazo de doze meses para procederem as alterações e adaptações necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .

Justificativa:

Recuemos ao ano de 1999 e veremos o quanto foi feliz o legislador brasileiro ao autorizar a fabricação e a comercialização dos remédios genéricos .

Hoje a competição é acirrada nas farmácias e muitas delas só oferecem o medicamento genérico, que conseguiu, com a sua entrada no mercado, reduzir os preços dos remédios, aliando-se a isso qualidade e baixo custo.

A popularidade dos remédios genéricos humanos trouxe a necessidade de aprovarmos, em caráter de urgência, a implantação do produto veterinário genérico, sendo o termo produto, o utilizado pelo Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que se encontra defasado da nova realidade dos avanços no setor de medicamentos de uso veterinário.

Nossa propositura é fruto de um incansável trabalho desenvolvido pelo ex-Deputado Cunha Bueno, autor da primeira propositura sobre o tema em 2001.

Como colegas de partido estamos rerepresentando a matéria, com pequenas algumas adaptações, para beneficiar milhões de produtores rurais, quer sejam na bovinocultura, ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura .

Entendemos que com a aprovação do projeto, que ora submeto aos meus pares, iremos mudar substancialmente os preços dos medicamentos agropecuários no país , beneficiando toda a sociedade brasileira, abrindo espaço para uma concorrência saudável para o agricultor e o agronegócio..

Esta iniciativa certamente contribuirá para proporcionar melhor competitividade em setor cartelizado e dominado por poucas empresas . Diante da importância desta iniciativa, esperamos o apoio do Congresso Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 2003.

Deputado BENEDITO DE LIRA

PP- AL

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara Federal

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=117000>

Data de Apresentação: 27/05/2003

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

Indexação: Alteração, decreto-lei federal, critérios, utilização, medicamento genérico, produto veterinário, obrigatoriedade, colocação, (DCB), (DCI), embalagem, rótulo, impresso, bula, realização, teste de bioequivalência, teste de biodisponibilidade, penalidade, infrator.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Tramitação:

27/05/2003 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Benedito de Lira (PPB-AL).(íntegra)

12/06/2003 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura e Política Rural e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)

18/06/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPR.

18/06/2003 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 19 06 03 PÁG 28214 COL 02. (publicação)

24/06/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Moacir Micheletto

01/08/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 04/08/2003

14/08/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas. Foi apresentada uma emenda ao projeto.

02/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Moacir Micheletto(íntegra)

02/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvido ao Relator, Dep. Moacir Micheletto

04/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Moacir Micheletto, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da EMC 1/2003 CAPR.(íntegra)

05/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Abertura de Prazo para Emendas ao Substitutivo a partir de 08/12/2003

12/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

14/04/2004 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Aprovado por Unanimidade o Parecer

15/04/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

19/04/2004 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 20/04/04, Pag 17462 Col 02, Letra A.(publicação)

28/04/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)

29/04/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 30/04/2004

29/04/2004 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento, REQ 1780/2004, pelo Dep. Leonardo Vilela(integra)

11/05/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.

09/06/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Fernando Coruja(integra)

09/06/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Parecer do Relator, Dep. Fernando Coruja, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste nos termos do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela injuridicidade da emenda apresentada na CAPADR.(íntegra)

19/10/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Aprovado por Unanimidade o Parecer

25/10/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Encaminhado à CCP.

25/10/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Encaminhamento de parecer à CCP para publicação.

25/10/2004 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Proposição recebida para publicação.

27/10/2004 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 28/10/04, Pag 46548 Col 02, Letra B.(publicação)

05/11/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Abertura de Prazo para Recurso a partir de 08/11/2004 DCD 06/11/04 Pag 47068 Col 02.

12/11/2004 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encerramento automático do Prazo para Recurso.

16/11/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Ofício SGM-P 2383/2004 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD.

16/11/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhado à CCP

17/11/2004 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhado à CCJC.

17/11/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

24/11/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator da Redação Final, Dep. Inaldo Leitão (PL-PB)

24/11/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação da Redação Final pelo Dep. Inaldo Leitão(integra)

30/11/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Aprovada a Redação Final por Unanimidade

15/12/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Remessa ao Senado Federal, através do Of PS GSE 1776/04.

17/11/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Recebido o Ofício 2228/2010, do Senado Federal, que comunica à Câmara dos Deputados que aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 (PL nº 1.089, de 2003, nessa Casa), que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências", que ora encaminho para apreciação dessa Casa. (íntegra)

17/11/2010 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 1089/2003, pelo Senado Federal, que: "Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 (PL nº 1.089, de 2003, na Casa de origem), que 'Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências'. Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário, e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário. ".

22/11/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

(SUBSTITUTIVO DO SENADO) Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)

25/11/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

25/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

01/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Zonta (PP-SC)

14/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CAPADR, pelo Deputado Zonta (PP-SC).(íntegra)

14/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Zonta (PP-SC), pela aprovação deste.(íntegra)

15/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

16/12/2010 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

16/03/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

04/05/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL).

04/05/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado.

25/05/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 1902/2011, pelo Deputado Raul Lima (PP-RR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL 1089, de 2003, que 'altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.'".

02/06/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 2021/2011, pelo Deputado César Halum (PPS-TO), que: "Requeiro a V.Ex^a, nos termos do artigo 52, § 6º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio ao Plenário, do Projeto Lei nº 1.089, de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências."".

07/06/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Aprovado o Parecer.

15/06/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 16/06/11, Letra E.

15/06/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2173/2011, pelo Deputado César Halum (PPS-TO), que: "Requer urgência para votação do Projeto de Lei n.º 1.089, de 2003, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

29/06/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 2305/2011, pelo Deputado Arthur Lira (PP-AL), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº. 1.089, de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências"".

06/07/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 2379/2011, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1089 de 2003 que "Altera a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994", que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências"".

Apresentação do Requerimento n. 2401/2011, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.089 de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

07/07/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2441/2011, pelo Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que: "Requer a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 1089, de 2003".

13/09/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 3150/2011, pelo Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº. 1.089, de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências"".

28/09/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3354/2011, pelo Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR), que: "Requer a inclusão de proposição na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados".

05/10/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3433/2011, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que: "Requer a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 1089, de 2003".

19/10/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3535/2011, pelo Deputado Weliton Prado (PT-MG), que: "Requer a inclusão de proposição na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados".

30/11/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 3932/2011, pelo Deputado César Halum (PSD-TO), que: "Requer a inclusão na Ordem do dia do Projeto de Lei n.º 1089, de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

14/02/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 4314/2012, pelo Deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.089, de 2003 que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

14/03/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 4618/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1089 de 2003 que "Altera a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994", que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

05/06/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5468/2012, pelo Deputado Junji Abe (PSD-SP), que: "Requer a inclusão do Projeto de Lei 1089 de 2003 na pauta da Ordem do Dia".

06/06/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 5478/2012, pelo Deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do dia do Plenário, do PL nº 1089/2003 que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências"; e do PL nº 4622/2004 que "regulamenta as Cooperativas de Trabalho".

13/06/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 5511/2012, pelo Deputado Oziel Oliveira (PDT-BA), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.089 de 2003 que "altera dispositivos do Decreto - Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

26/06/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Aprovado, por unanimidade, o Requerimento nº 2.173, de 2011, dos Srs. César Halum (PSD-TO); Rubens Bueno, Líder do Bloco PV,PPS; Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM; Duarte Nogueira, Vice-Líder do PSDB; Roberto Santiago (PSD-SP); Lincoln Portela, Líder do Bloco

PR,PTdoB,PRP,PHS,PTC,PSL,PRTB; Paulo Abi-Ackel, (PSDB-MG); Paulo Teixeira, Vice-Líder do PT; Chico Alencar, Líder do PSOL; Sarney Filho, Vice-Líder do Bloco PV,PPS; Jovair Arantes, Líder do PTB; Giovanni Queiroz (PDT-PA); Ratinho Junior (PSC-PR); e Ana Arraes (PSB-PE), que requer urgência para votação do Projeto de Lei n.º 1.089, de 2003, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

*Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação da REQ 2173/2011
=> PL 1089/2003.*

26/06/2012 - PLENÁRIO (PLEN) - 17:23 Sessão Extraordinária - Deliberativa

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal.

Encerrada a discussão.

Votação em turno único.

Aprovado o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.089 de 2003.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL).

A matéria vai à sanção (PL 1.089-F/2003).

29/06/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Remessa à sanção através da Mensagem nº 23/12.

PROJETO DE LEI Nº5.652,DE 2009

Alvaro Dias - PSDB /PR

Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As cooperativas de crédito, as agrícolas e as agroindustriais, bem como as associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial são autorizadas a emitir títulos de dívida de agronegócios, com a finalidade de incrementar o financiamento de expansão da produção, especialmente das cadeias produtivas do setor, de melhorar as condições de comercialização e de reduzir o custo financeiro das respectivas atividades.

Art. 2º Os títulos da dívida dos agronegócios terão as seguintes características:

I – prazo: até 3 (três) anos;

II – modalidade: nominativa, negociável e transferível com endosso, inclusive transacionáveis em pregões de bolsas de mercadorias;

III – valor nominal: múltiplo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e atualizado pela variação dos preços de especificados produtos agropecuários in natura;

IV – rendimento: definido por deságio sobre o valor de face, ou por taxa de juros pré-fixada sobre o valor nominal;

V – resgate: pelo valor nominal, na data do vencimento, ou pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento (juros pré-fixados) desde a data-base dos títulos, em quaisquer casos, com a opção de liquidação mediante a entrega de produtos agropecuários in natura e previamente especificados; alternativamente, pelo valor nominal acrescido de juros, se comprador-investidor qualificado pela Comissão de Valores Mobiliários, ou pela entrega física da mercadoria se comprador da cadeia de produção, previamente cadastrado em bolsa de mercadorias;

VI – formas de colocação:

a) oferta pública, com a realização de leilões acessíveis a pessoas físicas e a todas as instituições e demais pessoas jurídicas autorizadas a operar no mercado financeiro e de capitais;

b) direta, em operações com interessados específicos do setor público ou do setor privado.

Parágrafo único. Os leilões públicos a que se refere a alínea “a” do inciso VI deste artigo serão anunciados previamente, por intermédio de editais que deverão conter:

I – valor da oferta, data e local do leilão;

II – características principais dos títulos, especialmente quanto à modalidade de rendimento e condições para o resgate.

Art. 3º Para a liquidação dos títulos nos termos das opções admitidas pelo inciso V do art. 2º, será considerada a média dos preços dos produtos agropecuários in natura, especificados na colocação dos títulos, no semestre anterior ao do vencimento dos títulos, e opcionalmente, pelo montante físico programado para a entrega dos produtos ou o equivalente em moeda corrente de acordo com o contrato incluído na operação e devidamente custodiado, conforme normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 4º As entidades a que se refere o caput do art. 1º equiparam-se às instituições financeiras para os efeitos desta Lei e demais normas em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de julho de 2009.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=443068

Data de Apresentação: 16/07/2009

Origem: PLS-369/2003

Ementa: Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Autoriza as cooperativas de crédito agrícolas e agroindustriais e associações de produtores rurais a emitir títulos de dívida de agronegócios.

Indexação: Autorização, cooperativa de crédito, cooperativa agrícola, agroindústria, associação, produtor rural, emissão, título de dívida, agronegócio, equiparação, instituição financeira, objetivo, expansão, produção, redução, custos, atividade, prazo, forma nominativa, transferência, endosso, valor, rendimento, resgate, colocação, oferta pública, venda direta, liquidação.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Prioridade

Tramitação:

16/07/2009 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Recebido o Ofício 1369/09 - SF, que submete à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003, de autoria do Senador Alvaro Dias, constante dos autógrafos em anexo, que "Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências."

16/07/2009 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do PL 5652/2009, do Senado Federal - Alvaro Dias, que "dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências."

06/08/2009 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Prioridade

12/08/2009 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 13/8/2009.

12/08/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

13/08/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Waldemir Moka (PMDB-MS)

14/08/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/08/2009)

26/08/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

- 17/09/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CAPADR, pelo Dep. Waldemir Moka
- 17/09/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Parecer do Relator, Dep. Waldemir Moka (PMDB-MS), pela aprovação.
- 17/09/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Parecer do Relator, Dep. Waldemir Moka (PMDB-MS), pela aprovação.
- 23/09/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles e Anselmo de Jesus.
- 24/09/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Parecer recebido para publicação.
- 24/09/2009** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Recebimento pela CFT.
- 30/09/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 01/10/09, Letra A.
- 30/09/2009** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Designado Relator, Dep. Pedro Eugênio (PT-PE)
- 01/10/2009** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/10/2009)
- 14/10/2009** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- 22/03/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 23/03/2011)
- 06/04/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- 02/12/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Pedro Eugênio (PT-PE).
Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.
- 28/03/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária
Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lúcio Vieira Lima.
- 23/05/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária
Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes.
- 13/06/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- 15/06/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Recebimento pela CCJC.
- 15/06/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Parecer recebido para publicação.
- 18/06/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

À SGM o Ofício 181/12 - CFT comunicando divergência de pareceres com relação a este.

02/07/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 5.652/2009, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do RICD. Publique-se. Oficie-se.

PROJETO DE LEI Nº1.299 , DE 2007

Márcio França - PSB /SP

Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

Art. 1º A União estabelecerá programa de qualidade do álcool combustível com o objetivo de garantir a sua padronização, a qualidade e sustentabilidade da sua produção.

Art. 2º Os critérios e os parâmetros para a certificação serão estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro – para a cadeia produtiva de cana de açúcar, observando-se as seguintes condições:

I – leis trabalhistas, segurança e remuneração do trabalho;

II – gestão ambiental;

III – uso e reuso da água;

IV – desmatamento e reflorestamento;

V – técnicas de manejo e transporte;

VI – aspectos físicos químicos do produto final.

Art. 3º A certificação disporá sobre a participação de royalties governamentais em montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da produção de etanol, a ser recolhido pelas usinas.

Art. 4º O valor do royalty terá a seguinte distribuição:

I – Cinquenta por cento aos Estados onde ocorrer a produção do etanol;

II – Quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção do etanol;

III - Sete inteiros e cinco décimos aos Municípios onde ocorrer a produção de cana de açúcar e que não possuem usinas de beneficiamento;

III – Sete inteiros e cinco décimos aos Municípios que sejam afetados pelas operações de transporte, embarque e desembarque de etanol;

III – Vinte por cento ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do etanol.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

Justificativa:

A conscientização das pessoas sobre os perigos do aquecimento global é a pressão que faltava para os países darem prioridade aos combustíveis alternativos, que ganharam programas específicos ao redor do mundo e colocaram no centro do debate a produção de etanol. A corrida mundial pelo etanol provocou uma explosão de investimentos no Brasil.

Há 88 projetos de novas usinas em curso, com aporte estimado em US\$ 17,7 bilhões, que elevarão a produção do país de 3,5 bilhões de litros em 2006 para 28 bilhões de litros por ano até 2010.

As perspectivas para o mercado internacional também impressionam. Estudos apontam que, até 2010, a União Europeia precisará importar 246 milhões de litros ao ano para consumo próprio. No Japão, a demanda será de 773 milhões de litros/ano; nos EUA , 407 milhões e na China, 71 milhões.

O cenário para o etanol é promissor para o Brasil, que por quase três décadas foi o único país a adotar o combustível. Mas o país terá de se esforçar para manter o destaque que ocupa hoje na área de etanol, em

que disputa juntamente com os EUA a posição de maior produtor do mundo. Para manter-se como grande player o Brasil terá que superar alguns obstáculos que hoje inviabilizam o avanço das exportações de etanol. Entre eles, a padronização e certificação do álcool brasileiro, pois não basta ter o menor custo mundial de produção para ser competitivo no mercados global.

A exportação brasileira de etanol começa a ser alvo de restrições comerciais: subsídios, tarifas, normas técnicas e barreiras ambientais e sociais. Há, por outro lado, uma demanda internacional de qualidade principalmente por parte do Japão e da EU. A EU já exige que os países exportadores de biocombustíveis certifiquem seus produtos e garantam tanto a qualidade quanto a sustentabilidade a produção.

O presente projeto de lei permite ao Brasil adiantar-se a essas pressões e estabelecer parâmetros para a certificação do álcool combustível, pois o país precisa comprovar que o etanol não é produzido às custas da destruição de florestas e de más condições de trabalho.

A certificação permitirá que as usinas padronizem a sua produção, alcancem o mercado mundial e comprovem que a produção é sustentável social e ambientalmente, o que ajudará a transformar o combustível em commodity, estimulando a venda ao mercado externo.

Ente os itens a serem analisado e normatizados estão o respeito às leis trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho, remuneração, gestão ambiental, uso e reuso da água, desmatamento, reflorestamento, técnicas de manejo, transporte e aspectos físico-químicos do álcool. O Objetivo é que as normas abranjam todos os elos da cadeia produtiva da cana-de-açúcar (propriedades, usinas, transporte e distribuição).

Além de ajudar na criação de um mercado internacional, transformando o etanol em uma commodity, a padronização garantirá o abastecimento nos mercados interno e externo e evitará uma crise no futuro.

Por outro lado, a cultura da cana causa efeitos devastadores sobre a terra onde é plantada. Daí a necessidade de se criar um royalty de 5% sobre o valor da produção de álcool dado que há uma degradação do meio ambiente e das condições de produção, pois a cana vai tomando o espaço de culturas também tradicionais, como as da laranja, do café, do milho e a pecuária. Além disso, há uma substituição de outras culturas mais estruturantes pela de cana-de-açúcar que vem crescendo nos últimos anos, com a maior demanda pelo álcool. Outro aspecto é o social, que também será prejudicado pela cultura da cana.

Cinquenta por cento da arrecadação dos royalties serão destinados ao Estado onde ocorrer a produção de etanol; quinze por cento ao município onde ocorrer a produção de etanol; os municípios onde há lavoura canavieira mas que não possuem usinas de beneficiamento receberão sete e meio por cento; os municípios afetados pelas operações de transporte, embarque e desembarque de etanol receberão 7,5% dos royalties.

Além disso o projeto lei promove parcerias em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor ao destinar 25% da arrecadação dos royalties para pesquisa e desenvolvimento. É indispensável o aumento dos investimentos em P& para tornar a cana-de-açúcar brasileira ainda mais competitiva. Mais do que exportar o biocombustível, o Brasil deve vender aos outros países o conhecimento e a tecnologia que detém na produção de etanol.

É importante reforçar a necessidade de ampliar aportes em pesquisas para fazer frente aos avanços americanos. A ameaça que nós temos é o desafio da lignocelulose, um processo enzimático de produzir etanol a partir da celulose. A lignocelulose promete amplas possibilidades de produção de etanol a partir de bagaço-de-cana.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=355011

Data de Apresentação: 12/06/2007

Ementa: Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

Explicação da Ementa: Estabelece programa de qualidade do álcool combustível.

Indexação: Programa, certificação, álcool etílico anidro combustível, combustível alternativo, padronização, qualidade, produção, critérios, (Inmetro), participação, usina, percentual, royalties, compensação financeira, distribuição, Estados, Municípios, Ministério de Ciência e Tecnologia.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

12/06/2007 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Márcio França (PSB-SP).

28/06/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Minas e Energia; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

28/06/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.

29/06/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 30 06 07 PAG 33530 COL 01.

02/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Recebimento pela CME.

03/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Designado Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

06/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/07/2007)

02/08/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

11/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CME, pelo Dep. Arnaldo Jardim

11/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação, com emendas.

26/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Relator.

27/09/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-1943/2007.

27/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

26/11/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CME, pelo Dep. Arnaldo Jardim

26/11/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela rejeição deste, e do PL 1943/2007, apensado.

12/03/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Deputado Edmilson Valentim.

28/05/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Deputado Edmilson Valentim.

29/10/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Vista ao Deputado Brizola Neto.

04/11/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo de Vista Encerrado

05/11/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

25/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CME, pelo Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

25/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação deste, e do PL 1943/2007, apensado, com substitutivo.

26/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 29/11/2010)

09/12/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

31/01/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011.

04/03/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-603/2011.

21/03/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 22/03/2011)

05/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Requerimento n. 35/2011, pelos Deputados Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Padre João (PT-MG), que: "Requer, nos termos do art. 117, VI, do RICD, a retirada de pauta do PL 1.299/2007, de autoria do Sr. Márcio França".

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta a requerimento aprovado do Deputado Arnaldo Jardim, relator, e do Deputado Padre João.

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Aprovado requerimento dos Srs. Arnaldo Jardim e Padre João que requer, nos termos do art. 117, VI, do RICD, a retirada de pauta do PL 1.299/2007, de autoria do Sr. Márcio França.

14/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

04/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este(a) o(a) PL-1040/2011.

27/06/2012 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CME, pelo Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela rejeição deste, do PL 1943/2007, e do PL 1040/2011, apensados.